



**ATA DE REUNIÃO**  
**COMITÊ REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU**

Aos 27 dias do mês de março de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, no Gabinete do Desembargador José Fonseca Martins, localizado na Av. Presidente Antônio Carlos, 251, 6º andar, gabinete 46 do prédio sede, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, reuniram-se:

MMº Sr. Desembargador do Trabalho JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR, representando o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; relator do PROAD nº 8742/2017.

MMº. Sr. Juiz do Trabalho JOSÉ MATEUS ALEXANDRE ROMANO, Juiz Auxiliar da Presidência, Presidente do Comitê;

MMª Sra. Juíza do Trabalho ROSANE RIBEIRO CATRIBI, representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA1;

MMº Sr. Juiz do Trabalho EDUARDO HENRIQUE ELGARTEN ROCHA, representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – AMATRA1;

MMº Sr. Juiz do Trabalho EDSON DIAS DE SOUZA, Vice-Presidente da Associação dos Juízes do Trabalho – AJUTRA;

Ilma. Sra. SOLANGE SKINNER, servidora aposentada, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho – ASJTRIO;

Ilmo. Sr. MAURÍCIO NOGUEIRA MACEDO SILVA, servidor nomeado para secretariar a reunião e;

Com a palavra, o presidente do Comitê deu boas vindas a todos e comentou sobre o propósito da reunião.





O presidente do Comitê teceu comentários sobre a Resolução Administrativa CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.

O presidente do Comitê informou que disponibilizará os dados apurados pelo Comitê sobre os cálculos relativos à distribuição de pessoal.

Com a palavra o Juiz Eduardo Henrique Elgarten Rocha indagou se o destino dos servidores do segundo grau será a Vara do Trabalho. Acrescentou que supôs que a RA 219/16 servia para acabar com uma desigualdade entre os servidores que trabalham nos gabinetes e as Varas do Trabalho.

Com a palavra, o presidente do Comitê esclareceu que, se fosse adotado o 3º quartil, há vara que poderá perder funcionários.

Esclareceu que o tribunal é uno, que o servidor não trabalha só para o primeiro ou para o segundo graus.

Com a palavra, a juíza Catrib disse que isso não impede a divisão do pessoal e que estão todos aqui para chegar a uma conciliação.

O comitê reiterou que encaminhará o material sobre as estatísticas relativas à pessoal neste Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Esclareceu ainda que o 1º grau é composto não só por Varas do Trabalho mas também por outros órgãos.

Com o material os presentes poderão estudar os dados apurados para que, na próxima reunião, possam discutir sobre eventual proposta.

Sobre a proposta de se utilizar pessoal da área administrativa esclareceu que a cada servidor que for tirado da área administrativa, tem que tirar 6,10 servidores do segundo grau.

Os cálculos necessários são, dentre outros, o IPS, para, ao final, apurar a lotação paradigma de cada unidade.



O juiz Elgarten informou que tal iniciativa é embrionária e experimental mas, que independentemente disso deverá sentir os efeitos deletérios da diminuição das distribuições.

Por isso entende que o CEJUSC não pode ser uma preocupação do tribunal para lotar servidores.

O juiz Edson levantou a questão do cartório do futuro.

Com a palavra o presidente do Comitê disse que isso já está em estudo. Disse ainda que outros projetos estão em andamento para auxiliar as Varas como a notificação eletrônica.

O juiz Elgarten indagou ao presidente do comitê se ele quer que os juizes indiquem de onde sairão os servidores do segundo grau.

O presidente do comitê informou que não é isso. Lembrou do número de servidores que, pela RA 219/16, deverão migrar do segundo para o primeiro grau.

O presidente do comitê disse que dará o apoio necessário para que o acordo parta dos juizes.

Com a palavra a juíza catrib disse que os juizes do tribunal sabem o que querem e que nunca foram chamados pelo tribunal para discutir a questão.

O juiz Elgarten indagou ao presidente do comitê se ele levará ao presidente do Tribunal as questões decididas. Informou que seu pensamento era que o presidente do comitê elaborou o convite representando o tribunal .

O presidente do comitê informou que fez o convite em nome do comitê de priorização e não pelo tribunal.

Os documentos serão encaminhados para as seguintes contas de e-mail: [edson.souza@trt1.jus.br](mailto:edson.souza@trt1.jus.br); [rosane.catrib@trt1.jus.br](mailto:rosane.catrib@trt1.jus.br), [jose.martins@trt1.jus.br](mailto:jose.martins@trt1.jus.br), [solange.skinner@trt1.jus.br](mailto:solange.skinner@trt1.jus.br)





Com a palavra, o juiz Edson Dias de Souza indagou sobre o limite que pode ser negociado nessa reunião.

O juiz Mateus informou que, na condição de presidente do Comitê, deve ouvir as propostas apresentadas pelos representantes.

Com a palavra o juiz Eduardo Henrique Elgarten Rocha indagou se existe alguma sinalização da administração do tribunal em cumprir a determinação do CNJ.

Com a palavra o desembargador informou que será apresentada uma minuta de resolução ao OE para cumprir a decisão do CNJ.

Com a palavra o juiz Edson Dias de Souza informou que acompanhará a evolução no OE para verificar o destino dos servidores que serão redistribuídos para o 1º Grau.

O Desembargador informou que, parece que a resolução apenas determinará a forma como será cumprida a determinação do CNJ.

Informou ainda que lhe parece relevante levar o que for decidido pelo OE ao CNJ para discutir a extensão do cumprimento da RA 219/2016.

O juiz Edson informou que o acordo deverá atender aos prioritariamente aos interesses do primeiro grau.

O presidente do Comitê sugeriu a abordagem inversa para solução do problema.

Acrescentou que os números já estão definidos (127, 66)., e sobre eles é que devem ser centradas as discussões.


Informou ainda que no relatório do Comitê, foram lotados os servidores nas unidades com maior taxa de congestionamento e melhor produtividade.

Informou que 12 FCs foram alocadas nos CEJUSC's e NUPEMEC.



Fica designada nova reunião neste local para o dia 04/04/2018, às 09:30 horas.

Todos os presentes saem cientes da nova data.

Eu,  Mauricio Nogueira Macedo Silva, Analista Judiciário, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada.

A reunião foi encerrada às 14:23 horas

Rio de Janeiro, RJ, 27 de março de 2018.

  
**JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR**

**Desembargador do Trabalho Representante do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**

**JOSÉ MATEUS ALEXANDRE ROMANO**

**Presidente do Comitê Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição – Comitê Orçamentário de 1º Grau**

  
**Juiz do Trabalho**

**Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região**

  
**ROSANE RIBEIRO CATRIBI**





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
Comitê Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição  
e-mail: comitevalorizacaoprimeirograu@trt1.jus.br

Juiza do Trabalho

  
EDSON DIAS DE SOUZA

Juiz do Trabalho

Vice-Presidente da Associação dos Juizes do Trabalho – AJUTRA

  
SOLANGE SKINNER

Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho

ASJTRIO



Priorização do 1º Grau da Justiça

A nossa meta é você